



Revista Brasileira de Direito Municipal - RBDM Belo Horizonte, ano 15, n. 54, out./dez. 2014

Editorial

- ◆ Água: o bem da vida

Doutrina

Artigos

- ◆ Parcelamento do solo e destinação de áreas públicas
Ana Luísa Soares de Carvalho
- ◆ A política pública de combate à dengue e o direito à inviolabilidade domiciliar – Estudo de caso
Cláudia Padaratz
- ◆ A constitucionalidade da inversão das fases procedimentais da Lei de Licitações do Estado da Bahia
Eduardo Amin Menezes Hassan
- ◆ Propriedade, política urbana e Constituição
José dos Santos Carvalho Filho
- ◆ Parcerias público-público e público-privada no serviço de limpeza urbana – Uma proposta de modelagem de regionalização
Marcos Paulo Marques Araújo
- ◆ Regularidade trabalhista e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável – Estudo de caso no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Paulo Sérgio Barbosa Carvalho
- ◆ Análise crítica do Princípio da Reserva do Possível à luz do Sistema Único de Saúde (SUS) frente à judicialização do direito fundamental à saúde
Valquíria Barbosa
- ◆ Segurança pública – Obrigação ou faculdade dos municípios?
Wilson Klippel Sichonany Júnior
- ◆ Alteração do Plano Diretor. Criação de zonas rurais. Possibilidade. Condições a observar
Marcos Pinto Correia Gomes
- ◆ Requisição administrativa de bens e serviços de escolas particulares. Ampliação, temporária e excepcional, da rede pública de ensino, para atender ao excedente de alunos. Edição de Decreto Administrativo para instituir a requisição (Decreto

Municipal nº 7.633/07). Deveres constitucionalmente impostos ao Município. Possibilidade, desde que presente situação de perigo público iminente e mediante indenização ao particular. Admissão da celebração de convênios (art. 2º do Decreto) para acertar os pormenores da requisição já instituída. Modalidade excepcional de intervenção na propriedade privada, que deve ser descontinuada para o próximo ano letivo, recomendando-se à SEMED que adote as providências necessárias para absorver diretamente a demanda

Patrícia Maria de Mattos Coelho Rodrigues

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

Concurso público – Edital – Cláusulas de barreira – Alegação de violação aos arts. 5º, caput, e 37, inciso I, da Constituição Federal – Regras restritivas em editais de concurso público, quando fundadas em critérios objetivos relacionados ao desempenho meritório do candidato, não ferem o princípio da isonomia – As cláusulas de barreira em concurso público, para seleção dos candidatos mais bem classificados, têm amparo constitucional

◆ Supremo Tribunal Federal

ADPF – Serviços portuários e regime dos portos – Artigos 21, inciso XII, alínea “f”, e 22, inciso X, da Carta da República – Competência material e legislativa da União – Lei municipal restritiva – Violação de preceito fundamental – Pacto federativo

◆ Superior Tribunal de Justiça

Ação civil pública de improbidade administrativa – Contratação de serviços advocatícios, após licitação na modalidade convite, pelo Município de Pirajuí/SP – Quatro advogados no quadro da municipalidade – Assistência jurídica que almejava ao acompanhamento de agravo de instrumento em trâmite na capital do Estado – Amoldamento da conduta no art. 11, caput da Lei 8.429/92 – Ausência de ilegalidade

◆ Superior Tribunal de Justiça

Tributário – Recurso especial submetido ao rito dos repetitivos – Execução fiscal – Exigência de indicação do CPF/RG do executado na petição inicial – Desnecessidade – Requisitos não previstos na Lei nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal) – Previsão existente na Lei nº 11.419/06 (Lei de Informatização do Processo Judicial) – Prevalência da Lei Especial (Lei nº 6.830/80) – Nome e endereço do executado suficientes à realização do ato citatório

Ementário

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Ambiental
- ◆ Constitucional
- ◆ Fornecimento de Medicamento
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Licitações e Contratos
- ◆ Processual Civil e Civil
- ◆ Processual Penal e Penal
- ◆ Responsabilidade Civil

- ◆ Servidor Público
- ◆ Tributário

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Ministro reafirma competência de municípios para legislar sobre proteção ao meio ambiente
- ◆ Negado recurso em que ex-prefeito de Tefé (AM) pedia nulidade de recebimento de denúncia
- ◆ Mantida anulação de alienações que teriam deixado município sem imóveis para obras
- ◆ Município não terá de pagar insalubridade a agente de saúde
- ◆ Lei municipal não pode restringir direitos à aposentadoria previstos na Constituição